



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

VERÔNICA RODRIGUES MENDES

**POLITICAS DE ACESSIBILIDADE: Análise de uma Instituição
de Ensino no município de Goianésia-GO**

Goianésia – GO

2019

MENDES, Verônica Rodrigues.

POLITICAS DE ACESSIBILIDADE: Análise de uma instituição de ensino no município de Goianésia-GO / Verônica Rodrigues Mendes, Goianésia, Orientadora: Profª. Ma. Ildenice Lima Costa. 2019, 47p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal – Cidade-Estado, Universidade de Brasília, 2019.

Bibliografia.

1. Acessibilidade. 2. Políticas Públicas. 3. Educação Inclusiva.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^a. Dr^a. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^a. Dr^a. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^a. Fátima de Souza Freire

VERÔNICA RODRIGUES MENDES

POLITICAS DE ACESSIBILIDADE: Análise de uma instituição de ensino no município de Goianésia-GO

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do certificado de especialista (*lato sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professora Orientadora: Ma. Ildenice Lima Costa

Goianésia – GO

2019

VERÔNICA RODRIGUES MENDES

**POLITICAS DE ACESSIBILIDADE: Análise de uma instituição de ensino no município de
Goianésia-GO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Verônica Rodrigues Mendes

Ma. Ildenice Lima Costa
Professora-Orientadora

Prof. Dr. Edmilson Soares Campos
Professor-Examinador

Goianésia, 27 de abril de 2019

Dedico este trabalho a Deus, a todos os meus familiares, em especial ao meu pai (*in memoriam*) e minha mãe, meu esposo e minha filha Heloísa que ainda carrego em meu ventre, obrigada pelo apoio e incentivo constante ao meu crescimento acadêmico e profissional, vocês são minha base em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por me ter concedido sabedoria, saúde, determinação e força para vencer os obstáculos.

À minha família e amigos pelo apoio e incentivo nesta trajetória.

A todo o corpo docente da UnB em especial a minha professora orientadora Ildenice Lima Costa, pela paciência. E enfim, a todos que direta e indiretamente me apoiaram. Obrigada!

“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo questionar como as políticas públicas voltadas para acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo implementadas em uma escola regular da rede estadual de ensino da cidade de Goianésia-GO. Para tanto, em um primeiro momento, fez-se uma busca documental, de forma a identificar as leis que tratam sobre a acessibilidade na educação. A partir da revisão da literatura que aborda os aspectos sociais, legais e técnicos, foram feitos estudos teóricos de como deve ser um ambiente escolar acessível para o cadeirante, tendo como base o que propõe a Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT - NBR 9050/2015. Para a verificação da acessibilidade do local a ser pesquisado, foi elaborado um questionário e feitos registros fotográficos de alguns ambientes em que a acessibilidade é fundamental na escola. Através da análise dos dados coletados constatou-se, por meio de pesquisa de abordagem mista (qualitativa e quantitativa) que não basta apenas adequações arquitetônicas para que o ambiente se torne acessível, é preciso também que professores e alunos se socializem para a promoção de uma escola inclusiva.

Palavras-chave: Acessibilidade. Políticas Públicas. Educação Inclusiva.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entrada frontal (principal) da escola.....	31
Figura 2 – Entrada lateral 1 da escola.....	32
Figura 3 – Entrada lateral 2 da escola - rampa.	33
Figura 4 – Entrada lateral 2 da escola- escada.....	33
Figura 5 – Acesso a quadra de esporte e patio coberto – visão interior	33
Figura 6 – Acesso a quadra de esporte e patio coberto – visão exterior.....	33
Figura 7 – Banheiro acessível visão interior	34
Figura 8 – Banheiro acessível visão exterior.....	34
Figura 9 – Bebedouros.....	35
Figura 10 – Corredor.	35
Figura 11 – Biblioteca.	36
Figura 12 – Sala de recursos multifuncionais - AEE.....	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Adequação da acessibilidade da escola	26
Gráfico 2 – As políticas públicas implantadas na escola.....	26
Gráfico 3 – Se existe verba governamental para custear as adaptações arquitetônicas	27
Gráfico 4 – Se as adaptações arquitetônicas existentes na escola então de acordo com a ABNT NBR 9050/2015.....	28
Gráfico 5 – Os profissionais da educação da escola recebem formação para receber os alunos de maneira inclusiva	28
Gráfico 6 – Principais dificuldades enfrentadas ao receber um aluno NEE.....	29
Gráfico 7 – Ambientes considerados adaptados para alunos NEE.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT NBR (9050/15) - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- AEE – Atendimento Educacional Especializado
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- Consed – Conselho Nacional de Secretário da Educação
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- NEE - Necessidades Educativas Especiais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PNE - Plano Nacional de Educação
- SEDUCE - Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte
- Ubes - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
- Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	133
1.1	Contextualização	14
1.2	Formulação do Problema.....	14
1.3	Objetivo Geral	14
1.4	Objetivos Específicos	14
1.5	Justificativa.....	15
2	REVISÃO TEÓRICA	17
2.1	Políticas públicas de acessibilidade	17
2.2	Atendimento Educacional Especializado- AEE	18
2.3	Acessibilidade na educação pública escolar	19
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	21
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa	21
3.2	Caracterização da organização, setor ou área, indivíduos objeto do estudo.....	23
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	23
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa.....	23
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados	24
4	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	25
4.1	Questionário	25
4.2	Aspectos arquitetônicos da escola	30
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICES	42
	Apêndice A – Carta de apresentação	42
	Apêndice B – Termo de consentimento de livre esclarecido	44
	Apêndice C – Questionário	45

1 INTRODUÇÃO

Está estabelecido na Constituição Federal brasileira que a educação é direito de todos, no artigo 205. A garantia desse direito deve contar com a observância de que a escola deve proporcionar o acesso de alunos deficientes e não deficientes, é neste ambiente que se deve começar a dar relevância para uma sociedade inclusiva.

Muito se tem falado sobre o tema acessibilidade, que se caracteriza pelo meio ou medida na qual um indivíduo pode vir a se movimentar, locomover e atingir um destino almejado, dentro de suas capacidades individuais, sendo ela uma forma de inclusão social (BRASIL, 1996).

A acessibilidade é um direito garantido por lei, conforme Machado (2007), sendo primordial para que as crianças, jovens e adultos com deficiência possam acessar todos os espaços de sua escola e realizar as atividades escolares com segurança, conforto e independência, de acordo com suas aptidões e suas restrições.

Sendo assim, a acessibilidade escolar é um direito humano dos alunos com necessidades educacionais especiais, ampliando-se quando a equipe gestora toma atitudes que possibilitem a real inclusão do seu educando na vida escolar.

De acordo com Mendes (2017) “Rampas, piso tátil, barras de apoio. Quando pensamos em acessibilidade na escola, os aspectos arquitetônicos são os primeiros a virem a nossa mente”. Porém a garantia do acesso a ambientes deve ir além. Mendes (2017) diz que: “Envolve também estratégias de comunicação e até mesmo a forma como nos portamos frente as diferenças.”

Assim, o objetivo deste trabalho é identificar como são aplicadas as políticas voltadas para a acessibilidade em uma escola pública regular da cidade de Goianésia -Go, por meio da análise da proposta pedagógica do trabalho desenvolvido com alunos com necessidade especiais de ensino no Atendimento Educacional Especializado - AEE, levando em consideração a aplicabilidade das políticas públicas educacionais de inclusão.

A importância de estudar este tema se deu por almejar uma sociedade escolar inclusiva, tendo em vista que todos os educandos têm direito ao acesso, permanência e aprendizagem no âmbito escolar, isto independentemente de qualquer característica específica que ele possua.

1.1 Contextualização

A Constituição Brasileira afirma em seu Art. 208, Capítulo III, Inciso III, diz que é garantido o: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2010), cerca de 24,5 milhões de pessoas apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. São as pessoas com, ao menos, alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental. Mas verifica-se que uma parcela da população brasileira ainda não tem acesso à educação. Muitas escolas não possuem as instalações necessárias para promover a inclusão. Particularmente, as crianças com deficiência e mobilidade reduzida têm menores possibilidades de acesso às escolas. Portanto, essa pesquisa buscou investigar a situação da acessibilidade em uma escola da rede regular de ensino, tendo como contexto a cidade de Goianésia-GO.

1.2 Formulação do Problema

Diante do exposto, cabe-nos questionar como as políticas públicas voltadas para acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais estão sendo implementadas em uma escola regular da rede estadual de ensino da cidade de Goianésia-Go.

1.3 Objetivo Geral

Avaliar os impactos das políticas públicas de acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais de ensino em uma escola regular da rede estadual de ensino da cidade de Goianésia-Go.

1.4 Objetivos Específicos

- Descrever o processo acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola da rede estadual de ensino de Goianésia-Go;

- Verificar que tipos de adaptações são necessárias para que a escola pública regular garanta a acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais;
- Analisar a legislação relacionada à acessibilidade e se esta vem sendo observada na escola pesquisada;
- Analisar junto aos profissionais da escola participante da pesquisa, as concepções que têm sobre o processo de acessibilidade para alunos com necessidades educacionais especiais.

1.5 Justificativa

No portal periódico Capes, quando buscamos pelo assunto acessibilidade escolar encontramos 430 resultados, alguns temas são:

- acessibilidade em bibliotecas escolares;
- acessibilidade escolar como forma de inclusão social;
- o caminho da escola para estudantes com deficiência;
- a acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência, dentre outros.

Nestes estudos, verificamos que a busca das pessoas com deficiência pelos seus direitos de cidadãos é contínua. Na educação esse direito é legitimado pela legislação. Torna-se pertinente a reflexão sobre como e de que modo, a partir das políticas públicas, têm sido implantados os princípios e objetivos da educação inclusiva. Conforme Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146/2015), acessibilidade é a:

“possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.”

Assim, ganham cada vez mais relevância as discussões sobre acessibilidade para a efetiva inclusão de pessoas com necessidades especiais em escolas públicas. A importância desse tema torna-se ainda mais evidente diante das divergências que a educação encontra ao tentar colocar em prática todos os princípios legais a eles inerentes.

A Norma de Acessibilidade a edificações, mobiliário espaços e equipamentos urbanos (ABNT NBR 9050:2015) determina que escolas brasileiras públicas e privadas devam ser acessíveis. Para garantir a acessibilidade escolar é necessário adequar os espaços físicos das

Instituições, utilizar equipamentos adaptados para lazer e atividades físicas, mudar as formas de abordagem entre professores, alunos com necessidades especiais e demais alunos da sala.

Assim torna-se essencial analisar as políticas públicas educacionais voltadas para acessibilidade, pois a aplicabilidade destas pode resultar em melhorias para as pessoas e locais onde estão inseridas. Essas políticas tornam-se favoráveis para que mais alunos consigam acessar e permanecer em instituições de ensino, podendo ainda contribuir para a diminuição da evasão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais.

Por meio destes estudos, podemos perceber que a políticas públicas estão relacionadas com a acessibilidade, pois a garantia desse direito está presente em leis, decretos e normas técnicas.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 Políticas públicas de acessibilidade

Nos últimos anos houve um avanço no Brasil em relação a pessoas com necessidade especiais, por meio da adoção de políticas públicas que buscam valorizar as diversidades de cada pessoa. De acordo com Rua (2014, p. 17), as políticas públicas referem-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, focalizando em temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos.

Segundo Schneider (2005, p. 38), a formulação e implementação de políticas públicas envolve, além de atores públicos, atores privados dos mais diversos setores sociais e áreas. Nas redes de atores da educação não é diferente. Desde a promulgação da Carta de 1988, diversos atores têm tido influência nas políticas educacionais: os poderes do Estado e movimentos sociais atuantes no campo educacional. Esses mesmos atores permanecem responsáveis pela realização das políticas educacionais atuais. (MARTINS, 2014, p.14)

A eliminação de obstáculos em ambientes escolares visa garantir a facilidade de locomoção de pessoas com mobilidade reduzida ou que possuam alguma deficiência. Ao longo dos anos, diversos movimentos ganharam força na formulação de políticas educacionais como: Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) (Martins, 2014, p. 23).

Voltando-se para educação inclusiva alguns documentos internacionais são destaques, dentre eles está a Declaração de educação para todos (UNESCO, 1990), que, em seu texto oficial, afirma que milhões de pessoas deixam de concluir a educação básica e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que propõe a educação de pessoas com deficiência como parte integrante do sistema educacional, fazendo com que a Educação Especial se torne uma importante perspectiva da política educacional brasileira.

Segundo Mendonça (2012), a Política Nacional de Educação Especial do Ministério da Educação e Cultura (MEC), de 2008, define os alunos com NEE como aqueles que apresentam deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar aos alunos com:

Deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial, desde a educação infantil até a educação superior; oferta de atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade, acessibilidade arquitetônicas nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2010).

Podemos dizer ainda que as políticas no campo da educação inclusiva assinalam as lutas e conquistas ocorridas nas últimas décadas. Os dados estatísticos do Censo Escolar/2016 evidenciam o aumento gradativo nas matrículas de alunos com NEE no ensino comum da Educação Básica, abalizando que, neste nível, a inclusão escolar, em termos de acesso, vem se tornando eficaz para a educação de todos sem exclusão. Sendo que, “57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%” (CENSO ESCOLAR, 2016).

2.2 Atendimento Educacional Especializado -AEE

No âmbito do sistema de ensino, a inclusão deve estar voltada não somente para as pessoas portadoras de necessidades especiais ou de déficit de aprendizagem, mas também para todas as diferenças possíveis que possam existir entre as pessoas. Um conceito amplo de inclusão na educação está na Declaração de Salamanca (ONU, 1994, p. 17-18):

O princípio fundamental dessa Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas (superdotadas), crianças que vivem nas ruas e que trabalham, crianças de populações distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizados.

Dessa forma, o Atendimento Educacional Especial é uma área da Escola que busca equiparação de estudos para todos os alunos com necessidades. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a) o Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem como função complementar as atividades desenvolvidas nas salas de aula regulares, garantindo aos educandos com necessidades educacionais especiais o acesso aos conteúdos escolares, podendo ser considerado um novo marco legal, teórico e organizacional da educação pública brasileira.

O Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011, em seu art. 3º define como objetivos do AEE:

- I – promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e a garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regulares
- III – fomentar o desenvolvimento dos recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011).

No que se refere especificamente ao AEE, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (BRASIL, 2014), tem como proposta:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos, o atendimento escolar aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

No que se refere à formação dos profissionais para a atuação no AEE a legislação estadual (GOIÁS, 2010) exige a habilitação em nível superior, preferencialmente em Pedagogia, além da Licenciatura em áreas afins. Outra exigência são os cursos de especialização /aperfeiçoamento em Educação Especial, além do vínculo como servidor efetivo da SEDUCE.

A sala de aula é um ambiente complexo, em que educadores e alunos interagem constantemente, construindo conhecimento. Dentro deste espaço, a individualidade convive com o respeito à diversidade. A escola, para ser inclusiva, necessita da promoção da formação continuada a todos os profissionais envolvidos neste processo. Como afirma a Declaração de Salamanca, “a preparação adequada de todos os profissionais da educação é um dos fatores-chaves para proporcionar a mudança” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 08).

2.3 Acessibilidade na educação pública escolar

Quando ligado ao espaço escolar, o termo acessibilidade prevê a construção de escolas capazes de garantir o desenvolvimento integral de todos os alunos, sem exceção. SILVA, (2013) diz que uma escola em processo de modificação sob o paradigma da inclusão é aquela que adota medidas concretas de acessibilidade, nas suas diferentes dimensões: arquitetônicas, na

elaboração e produção de materiais didáticos acessíveis, na comunicação e nos recursos de tecnologia assistiva.

Acessibilidade e Inclusão são termos bastante usuais e estão nos argumentos de todos os cidadãos. Segundo a ABNT (9050/15) – Associação Brasileira de Normas Técnicas -, acessibilidade é poder e conseguir utilizar, com segurança e autonomia, as edificações, o espaço, o mobiliário e o equipamento urbano.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015) define em seu art. 3º, inciso I, acessibilidade configura-se como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015b).

O Plano Nacional de Educação (PNE) é grande passo para superar as dificuldades existentes no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2014). Ele define metas e objetivos a serem alcançados em dez anos, que visam à acessibilidade de todos e maior qualidade de educação.

Sasaki (2010), trata a acessibilidade em seis diferentes dimensões:

- Arquitetônica: sem barreiras em ambientes físicos, residenciais, edifícios, espaços urbanos;
- Comunicacional: à acessibilidade que se dá sem barreira na comunicação interpessoal, língua de sinais, escrita incluindo texto em braile;
- Metodológica: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) de ação comunitária;
- Instrumental: sem barreiras nos instrumentos utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;
- Programática: sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);
- Atitudinal: acessibilidade sem preconceitos em relação a pessoal em geral.

Podemos dizer que a acessibilidade é a porta por onde entra a inclusão, pois sem que haja acesso aos mais diferenciados ambientes, não há inclusão. Uma escola que busca ser acessível pedagogicamente, deve promover mudanças não só arquitetonicamente, como também na comunicação, disponibilidade de recursos e socialização como os estudantes.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Para realização do levantamento de campo, a metodologia da pesquisa contemplou diversas etapas assim descritas: a linha de pesquisa, bem como os métodos utilizados para obter os resultados, a caracterização do local pesquisado e dos participantes da pesquisa e ainda os instrumentos e procedimentos utilizados para coleta dos dados.

3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa

A pesquisa realizada apresenta abordagem qualitativa, com aspectos exploratórios e de campo, pois pretendeu-se analisar os discursos e percepções em relação à acessibilidade para estudantes com necessidades educacionais especiais. No entanto, para caracterizar as amostras, optamos pela pesquisa quantitativa, a considerar os dados coletados por meio do instrumento utilizado.

Com abordagem qualitativa onde preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Entretanto, os dados quantitativos coletados por meio do instrumento utilizado (Questionário) permitiram atuar sobre a problemática pesquisada. O questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador e que tem por objetivo coletar dados de um grupo de respondentes. (MARCONI; LAKATOS, 1999, P.100)

Ou seja, caracterizou-se também, a pesquisa quali-quantitativa, que nos traz informações tanto na visão dos profissionais da educação entrevistados quanto através da observação obtida durante a realização do estudo. A modalidade de pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

O estudo baseou-se em pesquisa exploratória, porque teve o intuito de obter como resultados informações que possam esclarecer e indicar caminhos para a melhoria do trabalho que vem sendo realizado com os estudantes com deficiência física, bem como contribuir para que se efetive o que assinalam as políticas públicas na área da acessibilidade escolar. Conforme Gil (2008), uma pesquisa exploratória tem como objetivo familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. O autor também considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Para coletar os dados para este estudo, também foi feita a pesquisa em campo por meio da observação, no intuito de descrever o processo de inclusão e acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Goianésia, localizada no interior do estado de Goiás, Brasil. Marconi e Lakatos (2011, p.69) consideram que a pesquisa de campo "consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que se presume relevantes, para analisá-los".

A pesquisa de campo vai além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma coleta do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Segundo GIL (2008), a pesquisa de campo procura o aprofundamento de uma realidade específica. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do ocorrem naquela realidade. Depois disso, elas são analisadas e seus dados são interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida com o desígnio de elucidar o problema pesquisado.

Trabalhamos também com a pesquisa documental, utilizando como principal documento a ABNT NBR 9050/2015. Gil (2008) diz que esse tipo de pesquisa é muito parecido com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. A pesquisa bibliográfica, se desenvolve a partir de trabalhos e estudos sobre acessibilidade escolar realizados por outros acadêmicos. O mesmo autor articula que a pesquisa bibliográfica é com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo

A pesquisa foi realizada em um Colégio da rede pública de ensino localizado na cidade de Goianésia Goiás pertencente a Polícia Militar. As aulas no Colégio ocorrem nos 3 turnos, sendo eles matutino das 7:00 as 12:15 vespertino das 13:00 às 18:15 e noturno das 19:00 às 23:00 horas.

As dependências existentes na escola são: sala de diretoria, cozinha, sala de professores, salas de aula, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), biblioteca, banheiros, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, pátio coberto, sala de secretaria, auditório, pátio descoberto, quadra de esportes descoberta, laboratório de ciências (em construção).

3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa

A pesquisa realizada teve por objetivo mostrar como está a acessibilidade da Instituição analisada, tendo em vista que a mesma possui 58 alunos com necessidades educacionais especiais físicas ou intelectuais.

O total de alunos da Instituição é 1287, sendo divididos em 3 do turno matutino é 580, do turno vespertino é 572 e do turno noturno 135 alunos. Desses alunos 58 recebem atendimento educacional especializado. A escola conta com 39 professores regulares e 13 professores de apoio, 32 funcionários pertencem ao administrativo (cozinha, limpeza e secretária), 5 coordenadores e 1 comandante/diretor. Como o Colégio é militar, ainda conta com funcionários pertencentes a Polícia Militar. Estes funcionários estão distribuídos pela instituição e atuam na parte administrativa e disciplinar do colégio.

3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa

Pretendeu-se neste estudo verificar que tipos de adaptações são necessárias para que a escola garanta a permanência de alunos com necessidades educacionais especiais.

Para o desenvolvimento da pesquisa os seguintes instrumentos foram utilizados:

- Análise documental e revisão de literatura: através da Norma Brasileira 9050/2015, dentre outros, contribuíram para a verificar o desempenho do edifício e os conhecimentos a respeito das adaptações exigidas em normas para o projeto arquitetônico.
- Observação *in loco*: foi feita observação direta no local, focando dos aspectos técnicos, físicos e comportamentais, para a compreensão dos espaços.
- Fotografias: para registrar os espaços da escola, assim é possível avaliar se a edificação está dentro dos padrões estabelecidos pela NBR 9050/2004.
- Questionários: elaborados e aplicados para avaliar as necessidades e as condições de acessibilidade e mobilidade dos espaços para os alunos necessidades educacionais especiais.

Sendo assim, optou-se por realizar a coleta dos dados por meio da aplicação de questionários e entrevista estruturada com questões fechadas, feita com os coordenadores e professores regentes e de apoio e administrativo do local.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Os procedimentos de coleta e de análise de dados foram: Levantamento da bibliografia relacionado a leis e normas sobre acessibilidade, a principal foi a NBR 9050/2015. Logo após foi feito a escolha da escola para a pesquisa, bem como a solicitação da autorização para observação, registros através de fotos e aplicação de questionários para coordenadores, professores e auxiliares administrativo. O questionário segue nos Apêndices deste estudo.

As fotografias foram feitas em ambientes propensos a acessibilidade da Instituição de ensino, como: entrada da escola, rampas, degraus, portas, corredores; sanitário. Logo após foram analisadas e comparadas com os parâmetros da NBR 9050/2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui são descritos os resultados do questionário feito em campo no Colégio tendo como principal intuito verificar a acessibilidade do local pesquisados, o questionário foi feito com 20 profissionais sendo dividido entre diretor, coordenadores, professores regentes e de apoio e auxiliares administrativos. Também serão apresentadas algumas imagens, a fim de realizar uma breve comparação entre a observação *in loco* e as respostas dos entrevistados.

4.1 Questionário

O questionário foi dividido em 2 partes. A primeira parte teve o objetivo de demonstrar o conhecimento dos profissionais da educação em relação a acessibilidade do ambiente em que trabalham em relação a acessibilidade da escola, as políticas públicas de acessibilidade implantadas, as adaptações já existentes no local e os ambientes que ainda precisam ser adaptados.

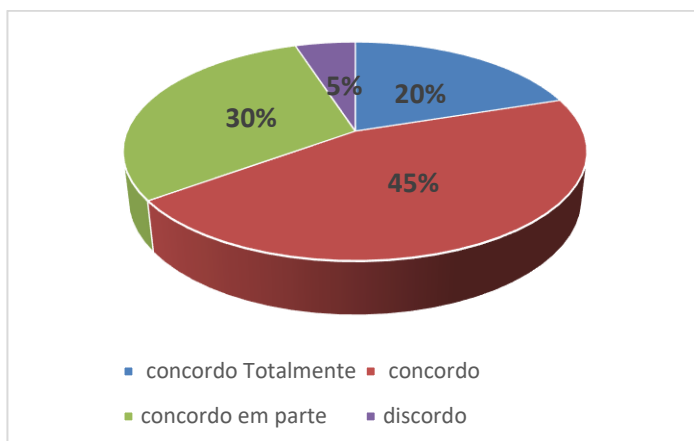
A segunda parte do questionário teve o objetivo de mostrar o perfil dos entrevistados em relação a formação, função, tempo de serviço na função e faixa etária. A cada item foi atribuída uma escala qualitativa e outra quantitativa como segue: concordo totalmente (5), concordo (4), concordo em parte (3), discordo (2) e discordo totalmente (1).

Fizeram parte da pesquisa 20 profissionais da escola, dentre eles professores, coordenadores e auxiliares administrativos. Com relação a formação dos entrevistados, a maior parte dos profissionais participantes da pesquisa possuem graduação e pós-graduação, somente 2 tem formação em nível médio. Quanto a experiência na profissão, a maioria dos entrevistados possui experiência entre 5 e 16 anos e apenas 2 com menos de 2 anos de profissão. Em relação a faixa etária, a grande concentração das respostas se deu na faixa acima dos 40 anos, com 10 respondentes.

A seguir, serão apresentados os gráficos os quais serão demonstrados os resultados obtidos na segunda parte do instrumento, bem como sua posterior discussão.

O Gráfico 1 mostra se os entrevistados consideram a acessibilidade da escola adequada. Foi constatado que a maioria dos entrevistados concordam que a acessibilidade da escola é adequada, 20% responderam concordo totalmente, 45% concordo, 30% concordo em parte sendo que apenas 5% discordaram desta questão e nenhum discordou totalmente.

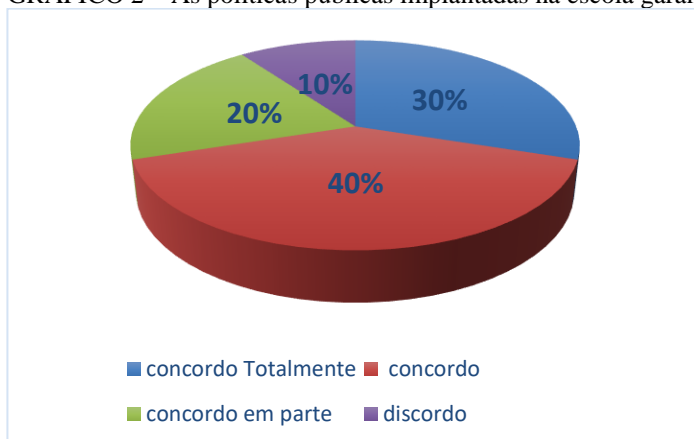
GRÁFICO 1 – Adequação da acessibilidade da escola.



Fonte: Dados da autora (2019).

Segundo a (ABNT, 2015) o espaço acessível deve ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida.

GRÁFICO 2 – As políticas públicas implantadas na escola garantem a acessibilidade dos alunos.

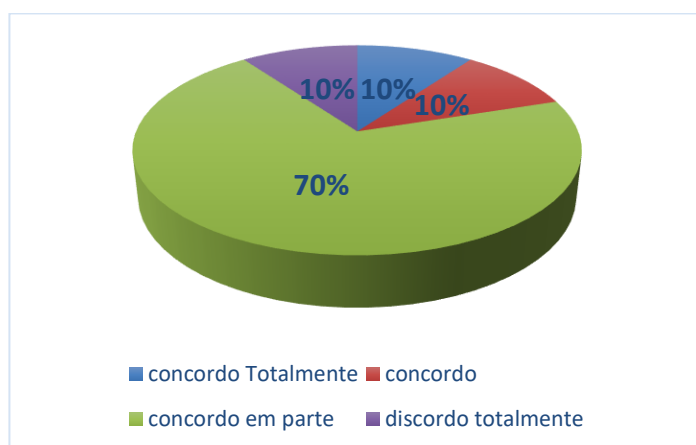


Fonte: Dados da autora (2019).

Referente as políticas públicas implantadas na escola, o gráfico 2 mostra se garantem a acessibilidades dos alunos. De acordo com esse gráfico 70% dos entrevistados consideram que as políticas públicas da Instituição estão sendo trabalhadas de forma a garantir a acessibilidade dos alunos, 20% dos entrevistados concordam em parte e 10 % discordam que as políticas implantadas na escola trazem acessibilidade aos alunos, nenhum dos entrevistaram discordaram totalmente em relação está questão. Os resultados apontam que a implantação de políticas de acessibilidade deve ter continuidade para que a escola alcance a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais de forma igualitária.

O gráfico 3 está relacionado com a existência de recebimento de auxílio do governo para custear as adaptações do colégio. Percebe-se que 70% dos entrevistados concordam em parte que a escola recebe verba do governo para custear gastos com adequações arquitetônicas, ou seja, a maioria dos entrevistados desconhece o recebimento dessa verba, os demais entrevistados 20% discordaram e apenas 10% disseram que concordam. Nenhum dos entrevistados optaram pela opção de resposta discordo totalmente.

GRÁFICO 3 – Existe verba governamental para custear as adaptações arquitetônicas.



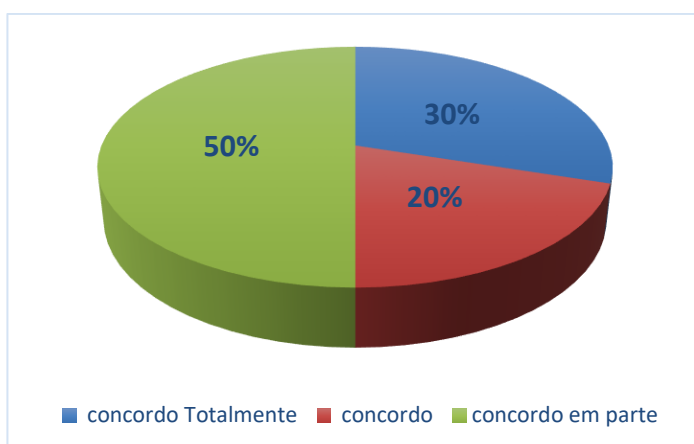
Fonte: Dados da autora (2019).

Ao responder o questionário, o diretor do Colégio pesquisado relatou que a Instituição não teve verba do governo, contou com o apoio financeiro da Associação de Pais, Mestres e Funcionários existente para realização de todas as adaptações arquitetônicas durante sua gestão.

O gráfico 4 verifica as adaptações realizadas no colégio foram feitas de acordo com as regras da ABNT NBR 9050/2015. Por meio deste gráfico percebe-se que 50% dos entrevistados concordam em parte que as adaptações existentes na Instituição estão dentro do padrão exigido pela norma em questão no que diz respeito a acessibilidade e mobilidade dentro das instituições de ensino. 30% concordaram totalmente e 20% concordaram que as adaptações foram realizadas dentro dos padrões exigidos pela norma. Não houver respostas para discordo e discordo totalmente.

Percebe-se com isso, a falta do conhecimento dos respondentes em relação a NRB 9050/2015, pois os ambientes da escola participante da pesquisa, ainda que passaram por reformas, mostram insuficiências de acessibilidade arquitetônica, podendo implicar em consequências no acesso e permanência de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida.

GRÁFICO 4 – As adaptações arquitetônicas existente na escola estão de acordo com a ABNT NBR 9050/2015.



Fonte: Dados da autora (2019).

O gráfico 5 mostra se os profissionais da educação do colégio recebem formação para receber os alunos de maneira inclusiva. Quanto a formação dos professores, 50% dos entrevistados concordam que os professores recebem formação para receber alunos de forma inclusa, 35% concordam parcialmente e 15% discordam que essa formação aconteça.

GRÁFICO 5 – Os profissionais da educação do colégio recebem formação para receber os alunos de maneira inclusiva.



Fonte: Dados da autora (2019).

A escola conta com professores de apoio, para acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais, para que o discente tenha direito a um professor de apoio é preciso comprovação através de laudo médico indicando que o aluno tenha alguma deficiência intelectual. Com relação ao professor de apoio a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) já havia previsto a figura de profissionais especializados nos seguintes termos:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; (...)

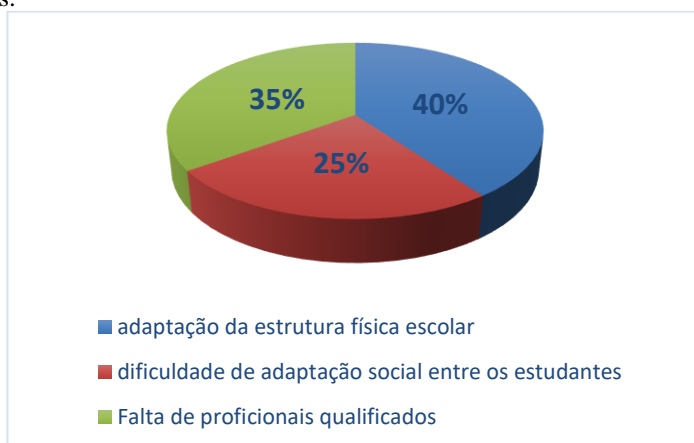
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;(…) (BRASIL, 1996)

Esses discentes recebem apoio em sala de aula regular juntamente com os demais alunos e também durante a semana no contraturno na sala reservada de recursos multifuncionais AEE. Existe uma coordenadora focada somente na inclusão desses alunos, dessa forma existe uma adequação de conteúdo, como provas ampliadas para alunos com baixa visão, dentro dos padrões estabelecidos pela LDB.

O Gráfico 6 demonstra as principais dificuldades enfrentadas ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais. Como a pergunta apresentada teve respostas que podem ser identificadas por todos, foi pedido aos respondentes que analisassem qual a concepção considera a maior dificuldade enfrentada pela escola ao receber alunos com necessidades educacionais especiais.

Observa-se no gráfico, que todas as questões apontadas são desafios para receber alunos com necessidades educacionais especiais, sendo que a maior dificuldade enfrentada é a adaptação da estrutura física, apontada por 40% dos respondentes, seguido da falta de profissionais capacitados a trabalharem com alunos com necessidades especiais 35% consideraram essa questão, já a dificuldade de socialização entre os alunos só foi assinalada por 25% dos respondentes, demonstrando que os problemas arquitetônicos e de pessoal são barreiras muito maiores que as sociais.

GRÁFICO 6 – Principais dificuldades enfrentadas ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais.



Fonte: Dados da autora (2019).

O gráfico 7 mostra os ambientes considerados pelos entrevistados adaptados para portadores de necessidades especiais da escola. Sabe-se que as escolas devem estar adequadas às necessidades de todos os alunos, porém, como os alunos que necessitam dessas adequações representam uma minoria, esse problema ainda persiste.

GRÁFICO 7 – Ambientes considerados adaptados para portadores de necessidades especiais na escola.



Fonte: Dados da autora (2019).

Em relação aos ambientes adaptados da escola, 83% dos entrevistados reconhecem que a escola conta com rampas de acesso, portas alargadas, corredores alargados e sala de recursos multifuncionais. Apenas 17% responderam que a escola conta com quadra de esporte adaptada, biblioteca adaptada e sanitários adaptados.

Com isso, o resultado aponta para que ocorra a inclusão de pessoas com deficiência física em escolas regulares, deve haver o entrosamento de diversos fatores, como profissional habilitado, adaptação social entre os discentes e exclusão das barreiras existentes.

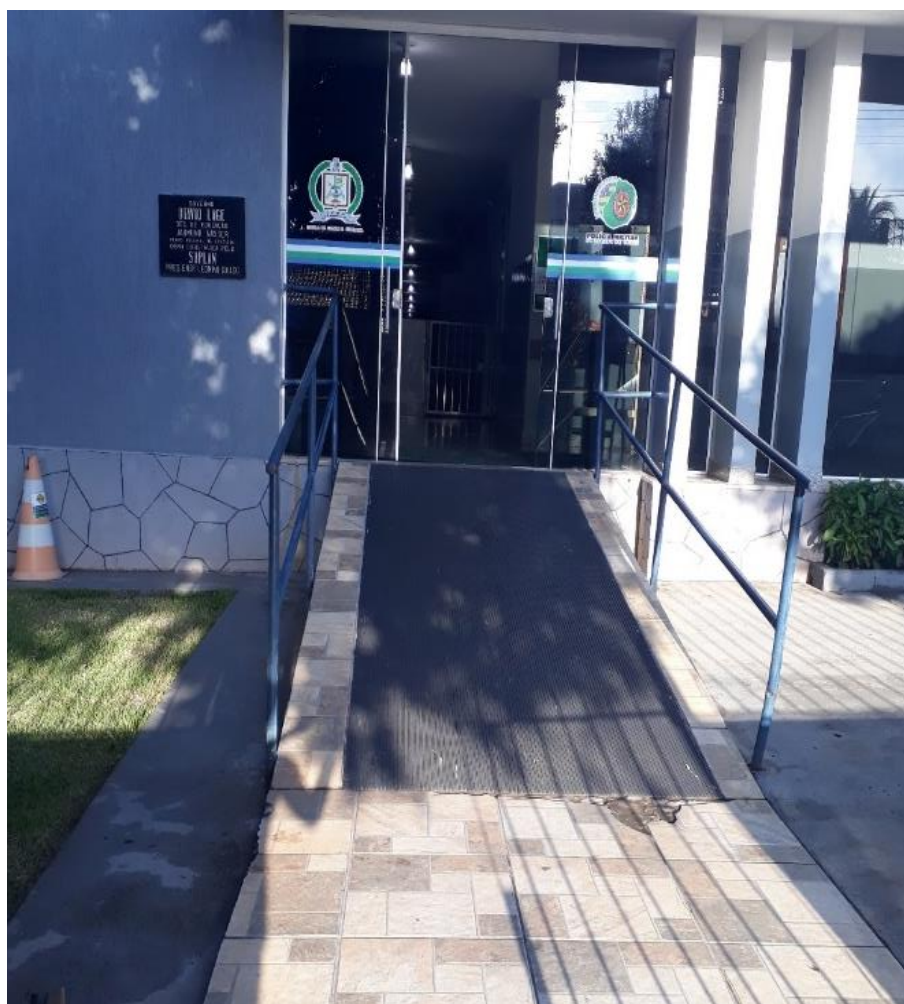
4.2 Aspectos arquitetônicos da escola

A acessibilidade de alunos com necessidades educacionais, em especial aquelas com deficiência física que impeça ou reduza sua locomoção, resultam de ações realizadas por políticas públicas e união da comunidade escolar para busca de melhorias. Principalmente para aspectos arquitetônicos que estão relacionados ao direito de ir e vir garantidos pela Constituição Federal.

Segundo a ABNT 9050/2015, promover a acessibilidade no ambiente construído é proporcionar condições de mobilidade, com autonomia e segurança, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

A entrada de alunos deve estar preferencialmente localizada na via de menor fluxo de tráfego de veículos (ABNT 9050/2015. p.135). A Escola conta com três entradas 1 frontal e 2 entradas laterais. A entrada frontal principal é utilizada principalmente por funcionários, pais e comunidade escolar, a mesma conta com rampa sem piso tátil sendo emborrachado, conforme Figura 1. Também conta com corrimão.

Figura 1: Entrada frontal (principal) da Escola

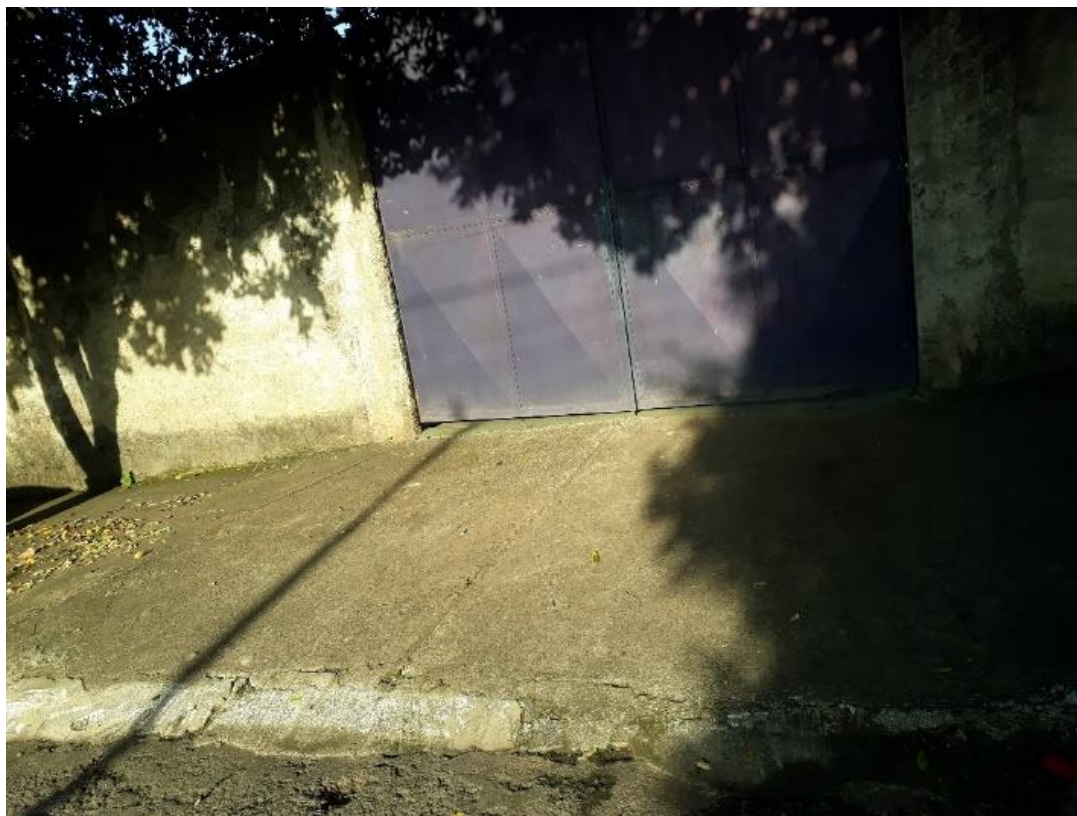


Fonte: Dados da autora (2019).

Na parte lateral da escola existe um portão que dá acesso direto à rua, onde conta com uma pequena rampa improvisada conforme figura 2. Os alunos em geral têm acesso ao espaço interno da escola através esta entrada. Durante a chegada e a saída dos alunos são colocados

cones para diminuir o fluxo de veículos no local, trazendo maior segurança para os alunos principalmente com necessidades especiais.

Figura 2: Entrada frontal 1 da escola



Fonte: Dados da autora (2019).

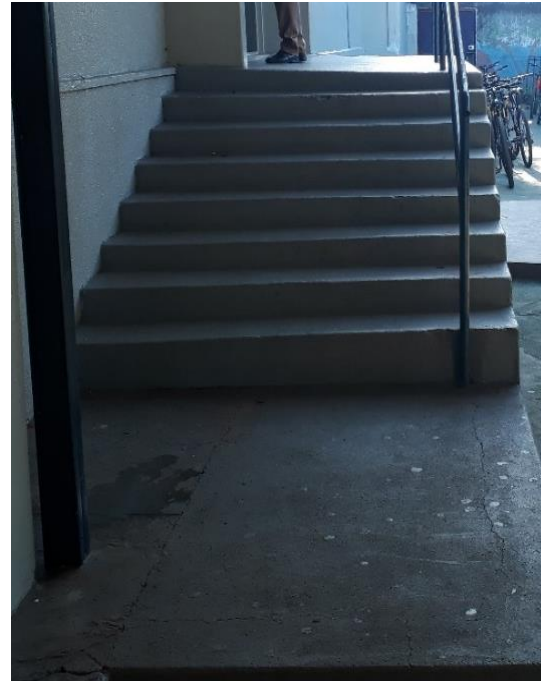
O acesso lateral 2 conforme mostra as figuras 3 e 4 é mais indicado para alunos com necessidades especiais dando acesso aos alunos aos demais ambiente da escola como sala de aula, secretaria, administração, direção, coordenação. Essa entrada não é sinalizada como um espaço de acesso a estudantes cadeirantes ou com mobilidade reduzida. Esse espaço ainda precisa de adaptações pois a rampa mesmo possuindo corrimão adequado, não conta com piso tátil. Segundo a (ABNT 9050/2015, p. 135) deve existir nas escolas pelo menos uma rota acessível interligando o acesso de alunos às áreas administrativas, de prática esportiva, de recreação, de alimentação, salas de aula, laboratórios, bibliotecas, centros de leitura e demais ambientes pedagógicos. Todos estes ambientes devem ser acessíveis.

Figura 3 - Entrada lateral 2 - rampa



Fonte: Dados da autora (2019).

Figura 4- Entrada lateral 2 - escada



Fonte: Dados da autora (2019).

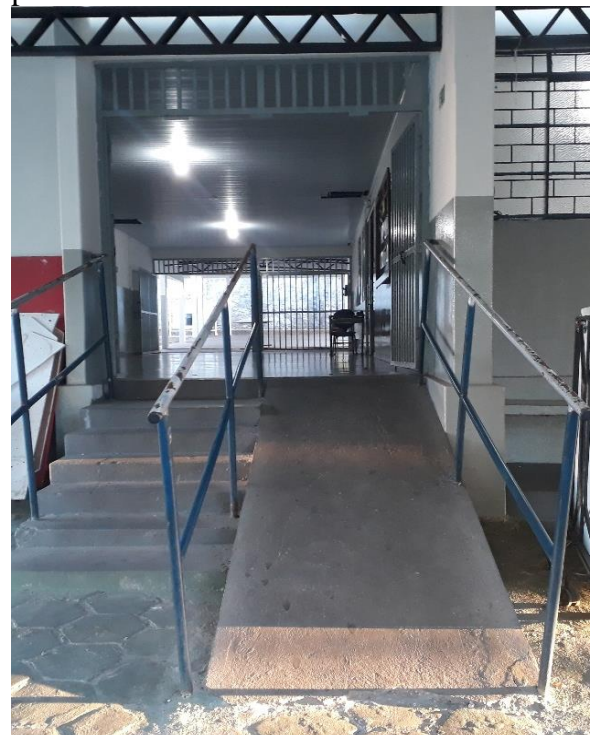
As figuras 5 e 6 mostram as vias de acesso dos alunos a quadra de esporte e pátio coberto.

Figura 5: Acesso a quadra de esportes e pátio coberto - visão interior



Fonte: Dados da autora (2019).

Figura 6: Acesso a quadra de esportes e pátio coberto - visão exterior



Fonte: Dados da autora (2019).

Conforme demonstra as figuras 5 e 6 o acesso a um dos dois acessos onde encontram-se as quadras de esportes e o pátio coberto da escola, existe rampa sem piso tátil, com corrimões e escada. O estudante cadeirante ou com mobilidade reduzida tem acesso a esse ambiente, porém com certa dificuldade até que esteja adaptado ao local.

O banheiro adaptado para os estudantes com deficiência física conforme as figuras 7 e 8, encontra-se integrado ao banheiro masculino comum, porém em uma porta separada, o mesmo conta com vaso não adaptado, lavatório não adaptado, além de não possui barra de apoio para deficientes físicos. Na parte exterior existe um degrau que dificultaria a entrada de um aluno cadeirante ou com mobilidade reduzida.

De acordo com a ABNT, pelo menos 5% dos sanitários, com no mínimo um sanitário para cada sexo, de uso dos alunos, deve ser acessível. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade (ABNT 9050/2015).

Figura 7- Banheiro acessível visão interior



Fonte: dados da autora (2019).

Figura 8–Banheiro acessível visão exterior



Fonte: dados da autora (2019).

A figura 9 mostra os bebedouros da escola, localizados próximo a cantina. Através dela percebe-se um degrau que impede o aluno cadeirante ou com mobilidade reduzida a posicionar-se adequadamente para tomar água. Os bebedouros destinados aos alunos estão localizados na cantina, antes de mais nada é importante considerar que a cantina está localizada

no interior da escola, distante da entrada principal, e o acesso ao bebedouro é feito inicialmente pelo pátio principal.

Figura 9: Bebedouros



Fonte: Dados da autora (2019).

Segundo a ABNT, O bebedouro de altura de bica de 0,90 m deve ter altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso acabado, e deve ser garantido um M.R. para a aproximação frontal. (ABNT 9050/2015, p. 116). Todos os elementos do mobiliário da edificação, como bebedouros, guichês e balcões de atendimento, bancos de alvenaria, entre outros, devem ser acessíveis.

Figura 10: corredor



Fonte: Dados da autora (2019).

Nesta Instituição existe um corredor central que garante o acesso às dependências da escola como salas de aula, coordenação, divisão de ensino. Não há piso tátil de direcionamento, de alerta, indicação visual nem barra lateral para auxílio a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Nele não existem obstáculos que impeçam o acesso de alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida nas salas de aula.

Nas figuras 11 e 12 temos a biblioteca e a sala de recursos multifuncionais-AEE.

Figura 11: Biblioteca



Fonte: Dados da autora (2019).

Figura 12: Sala de Recursos multifuncionais-AEE



Fonte: Dados da autora (2019).

Percebe-se através das figuras 11 e 12 um improviso de rampa para acesso dos alunos na biblioteca e na sala de recursos multifuncionais-AEE da escola. O local onde atualmente funciona a biblioteca é temporária. Está sendo construído na escola um prédio onde serão as futuras instalações da biblioteca e laboratórios de química e biologia, dessa forma na construção devem ser adotados os princípios de acessibilidade segundo a ABNT NRB 9050/2015.

Nas imagens, torna-se possível perceber que a escola tem adaptações arquitetônicas e pode receber alunos com necessidades educacionais especiais físicas ou mobilidade reduzida, porém a qualidade dessas adaptações estão a desejar, já que faltam alguns requisitos como sinalização, piso tátil e várias outras adaptações essenciais para o bom atendimento desses alunos.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Um dos problemas relacionados ao afastamento de alunos com deficiência física dos ambientes escolares estão diretamente ligados a existência de barreiras arquitetônicas. Predominam nas escolas a existência de equipamentos e ambientes dos pela ABNT. Como já citado em outro momento, espaço acessível é o que possibilita a livre circulação de toda e qualquer pessoa, seja está com ou sem deficiência, sejam estas físicas, ou não, ambiente este livre de qualquer barreira, seja física ou atitudinal.

Os resultados da pesquisa mostraram que a escola pesquisada buscou fazer várias adaptações arquitetônicas como rampas na entrada da escola, corredores que dão acesso aos demais ambientes do local, corrimões. A instituição também possui uma sala de recursos multifuncionais e professores de apoio para alunos com necessidades educacionais especiais.

Porém nem todos os ambientes são acessíveis e, por este motivo, ainda não é possível garantir a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência, seja ela de qualquer natureza.

Apesar de percebermos muitas adaptações realizadas para acolher os estudantes que possuem necessidades especiais, verificamos que há ainda muitos desafios para alcançar a acessibilidade adequada para o local, como, adequação arquitetônica de todas os ambientes, formação de todos os profissionais da escola para a educação inclusiva.

Pensar ações conjuntas entre professores, alunos, núcleo gestor e secretaria de educação torna-se então essencial para plena inclusão escolar, e estas ações podem refletir também na vida dos alunos mesmo fora do espaço escolar.

Sabemos a maioria das ações para criação e gestão de uma escola acessível demanda recursos financeiros e estes por sua vez precisam ser buscados perante outras instâncias. Para tanto, pesquisas e trabalhos como este são exemplos de instrumentos que podem ser utilizados para elaboração de projetos para captação de recursos. Além da contribuição que pode proporcionar ao lançamento e manutenção de políticas de inclusão.

Cabe ao município elaborar e promover estratégias que possam vir a implantar políticas públicas que tragam a garantia para a acessibilidade do espaço escolar para esta e outras instituições de ensino.

A escola em questão ainda precisa promover adaptações para promover a acessibilidade necessária para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, e não deve ficar esperando que alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida

sejam matriculados para que possam buscar adaptações improvisadas, que muitas vezes não garantem o acesso e a permanência desses alunos em sala de aula. Por meio desta pesquisa, foi possível entender que a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais é garantida por lei, mas dificilmente cumprida, pois as políticas de acessibilidade dos ambientes não estão totalmente em conformidade com os padrões estabelecidos pela legislação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Lúcia Ramos Martins, *et al.* **Inclusão: compartilhando saberes**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2015. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto 7.611 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília: MEC, 2011a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 23 jan. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 24 jan. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Plano Nacional de Educação**. Lei n. 8.035, de 2010. Disponível em: http://www.pne.ufpr.br/?page_id=16. Acesso em: 12 fev. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. 2. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dezembro 1996, p. 27833.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

GIL, Marta. **A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência**. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GOIÁS (Estado). **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2011-2012**. Goiânia: Secretaria Estadual de Educação, 2010.

INEP, Ministério da Educação. **Censo Escolar da Educação Básica 2019 – Notas Estatísticas**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 14 fev. 2019.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

MARCONI, Marina Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Paulo Sena. **A política das políticas educacionais e seus atores**. *Jornal de políticas educacionais*. [S.L], n. 15, p. 13-32, jan./jun. 2014.

MENDES, Rodrigo. **Acessibilidade na escola: princípios, conceitos e exemplos para se inspirar**. Disponível em: https://diversa.org.br/acessibilidade-na-escola-principios-conceitos-e-exemplos-para-seinspirar/?gclid=EAIaIQobChMIroD46fDb4AIVEgWRCh0xdwaAAYASAEgIdefD_BwE. Acesso em: 27 fev. 2019.

MENDONÇA, F.W. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. Maringá: Centro Universitário de Maringá, Núcleo de Educação à Distância, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Governo Da Espanha. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas. Madri: 1994. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 24 fev. 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.130p.: il

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SCHNEIDER, Volker. **Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas**. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, [S.L], v. 5, jan./jun. 2005.

SILVA, Aline Nathalia Carvalho. **O direito à acessibilidade e a inclusão escolar: um estudo de caso de uma escola pública do distrito federal**. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/6640/6/2013_AlineNathaliaCarvalhoSilva.pdf. Acesso em: 02 mar. 2019.

SIMÕES, Gustavo. **Metodologia**. Disponível em: <http://metodologicaunimontes.blogspot.com/2014/10/metodosde-pesquisa-metodo-indutivo-e-um.html>. Acesso em 02 mar. 2019.

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de apresentação



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Administração - ADM

Goianésia – Go, 19 de fevereiro de 2018

Prezado Sr.

Francisco Fernandes Oliveira
Comandante/Diretor do Colégio da Polícia Militar de Goiás José Carrilho

A Universidade de Brasília, por meio do Departamento de Administração, solicita a Vossa Senhoria autorização para que a aluna Verônica Rodrigues Mendes, matrícula nº 2017018773, possa realizar uma pesquisa com finalidades estritamente acadêmicas, que tem como objetivo: descrever como se deu o processo de adoção de políticas públicas de Acessibilidade no Colégio e apontar os benefícios e dificuldades apresentadas após a implantação.

A pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal que a referida aluna concluirá até 2019 e envolve levantamento de informações para viabilizar os objetivos da pesquisa, o que requer acesso às informações e ao material institucional dessa organização pública, bem como entrevistas com pessoas que participaram da implantação do sistema e alguns de seus usuários.

Cabe destacar que todas as informações coletadas serão tratadas em conjunto, o que torna impossível a identificação pessoal de qualquer respondente e, se for o caso, é possível omitir em artigos de congressos ou revistas acadêmicas da área de administração, o próprio nome do órgão/instituição, quando a pesquisa for encerrada e se esta for a escolha do órgão. A coleta de dados está prevista para o PRIMEIRO BIMESTRE DE 2019.

O **aceite institucional** pode ser realizado em resposta a este e-mail. Ao responder a este correio eletrônico, o responsável pela instituição onde os dados serão coletados, declara conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/16 (que segue anexa a esta carta). Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

A UnB-ADM coloca-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas ou fornecer informações adicionais acerca da presente pesquisa.

Esclarecemos, por fim, que o consentimento institucional poderá ser feito até mesmo *via e-mail*, devendo esta carta ser respondida para o endereço eletrônico da professora orientadora: ildenicelc@gmail.com c/c para o aluno: veronika_mendes@hotmail.com .

Desde já, agradecemos a atenção e a disponibilidade em atender essa solicitação, pois sua colaboração é de suma importância para a geração do conhecimento neste país e para a busca de novos caminhos para o desenvolvimento.

Atenciosamente,

Profª. Ma. Ildenice Lima Costa

Orientadora da aluna e coordenadora responsável pelo desenvolvimento da pesquisa

E-mail: ildenicelc@gmail.com

Telefone: 61 3107-0749 (Departamento de ADM)

Apêndice B: Termo de consentimento de livre esclarecido



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Administração - ADM

Eu, Verônica Rodrigues Mendes, aluna do curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília – UnB, matrícula nº 2017018773, venho por meio deste informar-lhe a realização da Pesquisa intitulada “POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE: Análise de uma Instituição de Ensino no Município de Goianésia-GO” sob orientação da Professora Ma. Ildenice Lima Costa. Este Projeto tem como objetivo principal avaliar os impactos das políticas públicas de acessibilidade de alunos com necessidades educacionais especiais de ensino em uma escola regular da rede estadual de ensino da cidade de Goianésia-Go. Para isso, como instrumentos de coleta de dados, serão realizadas observações, registros fotográficos e aplicação questionários aos profissionais da educação do local. Asseguramos que será mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão de qualquer informação que possa identificar a Instituição.

Informo que a atividade será desenvolvida considerando os princípios éticos da pesquisa científica. Os resultados e conclusões obtidas na pesquisa, além de serem utilizados no desenvolvimento do trabalho monográfico, que posteriormente será publicado, poderão ser apresentados em forma de artigo ou de resumo em Congressos, Seminários ou publicados em diferentes meios. Caso deseje obter alguma informação acerca da pesquisa, coloco-me a disposição pelo telefone: (062) 984322465 ou por meio do endereço eletrônico: veronika_mendes@hotmail.com.

Por fim, eu Francisco Fernandes Oliveira, ciente do que me foi exposto, concordo com os procedimentos que serão realizados, bem como autorizo que sejam feitas observações para a coleta de dados, registros fotográficos e aplicados questionários.

Assinatura do Diretor da Instituição

Verônica Rodrigues Mendes

Assinatura da Pesquisadora

Goianésia, 11 de março de 2019.

Apêndice C – Questionário



Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FACE
Departamento de Administração - ADM

QUESTIONARIO PARA VERIFICAR ACESSIBILIDADE DA ESCOLA

PARTE 1: QUESTIONÁRIO

Em uma escala de 1 a 5, o quanto você concorda com as afirmações abaixo? Considere 1 como “concordo totalmente” e 5 como “Discordo totalmente”.

1) A acessibilidade da sua escola é adequada.

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Concordo em parte
4. Discordo
5. Discordo totalmente

2) As Políticas Públicas implantadas na escola garantem a acessibilidade dos alunos.

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Concordo em parte
4. Discordo
5. Discordo totalmente

3) Existe auxílio governamental (verba) para custear as adaptações arquitetônicas do Colégio.

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Concordo em parte
4. Discordo
5. Discordo totalmente

4) As adaptações realizadas no Colégio foram feitas de acordo com as regras da ABNT ou da NBR 9050/2015.

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Concordo em parte
4. Discordo
5. Discordo totalmente

5) Os profissionais da educação (professores, coordenadores, direção, administrativo) que atuam no Colégio recebem formação para receber de forma inclusiva os alunos com necessidades especiais.

1. Concordo totalmente
2. Concordo
3. Concordo em parte

- 4. Discordo
- 5. Discordo totalmente

6) Qual a principal dificuldade enfrentada ao receber um aluno com necessidades educacionais especiais:

- falta de profissionais capacitados
- adaptação da estrutura física escolar
- dificuldade de adaptação social entre os estudantes

7) Quais ambientes são adaptados à portadores de necessidades especiais no Colégio?

- Rampas de acesso
- Corredores alargados
- Portas Alargadas
- Sanitários (Barras de apoio, Bacia Sanitária e lavatório adaptados)
- Bibliotecas (Disposição das estantes e corredores)
- Sala de Recursos Multifuncionais- AEE
- Quadra de Esportes

PARTE 2: PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Formação:

- Ensino Médio
- Ensino Superior, em _____
- Especialização, em _____
- Mestrado, em _____
- Doutorado, em _____

2. Função: _____

3. Tempo de serviço na função:

- Menos de 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- Acima dos 16 anos

4. Faixa etária

- Menos de 25 anos
- De 26 a 30 anos
- De 31 a 35 anos
- De 36 a 40 anos
- Acima de 40 anos